

**O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT EM NOTAS JORNALÍSTICAS:
PACTOS COM A CIDADANIA EDUCACIONAL (1921-1923)**

**THE BENJAMIN CONSTANT INSTITUTE IN JOURNALISTICAL NOTES:
PACTS WITH EDUCATIONAL CITIZENSHIP (1921-1923)**

Hebelyanne Pimentel da Silva

RESUMO

A pesquisa resultante neste texto consiste em um levantamento das matérias jornalísticas divulgadas no **Correio da Manhã** entre as décadas de 1921 e 1923, com informações sobre o **Instituto Benjamin Constant**. Por tratar-se de um recorte temporal precedente a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), e a tudo o que a essa instituição encontra-se atrelado, são consideradas as ideias educacionais vinculadas à época. O instituto idealizado no Império, parecia preencher lacunas presentes no movimento dos Pioneiros da Educação Nova, por voltar atenção às pessoas com deficiência, especificamente, visuais. Em desenvolvimento desde o século XIX, ele propunha-se a pensar e estimular maneiras de ampliar os direitos e possibilidades das pessoas com deficiência visual, a ponto de lhes permitir alcançar condições igualitárias para o exercício da cidadania. Para melhor associação das ideias da instituição com o tempo, primeiras décadas do século XX, foi feito um movimento investigativo que partiu das globalidades dos fenômenos educacionais brasileiros, às especificidades do instituto, lançando mão das orientações metodológicas dadas pela microanálise, em suas técnicas e estratégias escriturárias. O modo como o Instituto Benjamin Constant é apresentado em matérias jornalísticas publicadas entre 1921 e 1923, diz da maneira como a educação destinada a pessoas com deficiência foi sendo tratada nos anos de efervescência dos discursos democráticos. Ao que indicam os fragmentos jornalísticos, mesmo com atenção secundarizada entre os debates nacionais, tal reflexão ganhou espaço e deixou um legado considerável, por meio das conquistas de personagens e grupos a ela vinculados.

Palavras-chave: Instituto Benjamin Constant. Pessoas Cegas. Ideias Educacionais.

ABSTRACT

The research resulting in this text consists of a survey of journalistic articles published in **Correio da Manhã** between the decades of 1921 and 1923, with information about the **Benjamin Constant Institute**. As this is a time frame preceding the founding of the Brazilian Education Association (ABE), and everything linked to this institution, educational ideas linked to the time are considered. The institute, created in the Empire, seemed to fill gaps present in the movement of the Pioneers of New Education, by focusing attention on people with disabilities, specifically visual disabilities. In development since the 19th century, it proposed to think about and encourage ways to expand the rights and possibilities of people with visual impairments, to the point of allowing them to achieve equal conditions for the exercise of citizenship. To better associate the institution's ideas with time, the first decades of the 20th century, an investigative movement was carried out that started from the globalities of Brazilian educational phenomena, to the specificities of the institute, using the methodological guidelines given by microanalysis, in its techniques and strategies. clerks. O modo como o Instituto Benjamin Constant é apresentado em matérias jornalísticas publicadas entre 1921 e 1923, diz da maneira como a educação destinada a pessoas com deficiência foi sendo tratada nos anos de efervescência dos discursos democráticos. The way the

Benjamin Constant Institute is presented in journalistic articles published between 1921 and 1923 speaks to the way in which education for people with disabilities was treated in the years of effervescence of democratic discourses. As the journalistic fragments indicate, even with secondary attention given to national debates, such reflection gained space and left a considerable legacy, through the achievements of characters and groups linked to it.

Keywords: Benjamin Constant Institute. Blind People. Educational Ideas.

1. Introdução

Focalizando atenção nos problemas políticos e sociais que afetaram o Brasil e demais países latino-americanos durante a primeira metade do século XX, o movimento de renovação educacional definido, inicialmente, a partir da fundação da ABE, manteve-se focalizado na renovação metodológica e na reformulação de ideias sobre a função política e social da escola e dos profissionais a ela vinculados. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, representativo de tal ideário, já registrava: “Nós temos uma missão a cumprir: insensíveis à indiferença e à hostilidade, em luta aberta contra preconceitos e prevenções enraizadas, caminharemos progressivamente para o termo de nossa tarefa, sem abandonarmos o terreno das realidades” (AZEVEDO, 2006, p. 14).

Embora as reivindicações por igualdade de direitos tenham ocorrido, mundialmente, desde os anos iniciais do século XX, foi a partir da segunda metade desse século que as primeiras iniciativas estatutárias para a formação de pessoas com deficiência foram sendo notadas em registros legislativos: “A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, formulada após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação com a não discriminação passa a ser ressaltada, inclusive a discriminação na educação, como atesta a Convenção de 1960” (KASSAR, 2012, p. 837), essa última, denominada *Convention Against Discrimination in Education*, foi adotada no Brasil em 1968, ainda de acordo com a autora (Idem).

Demarcam-se, como lembrado por Secundino e Santos (2023), as contribuições dadas pelas Leis: 1) **4.024/1961**, que definiu a necessidade de atendimento educacional as pessoas definidas *excepcionais*, nas redes regulares de ensino; 2) **5.692/1971**, que evidenciou a necessidade de atendimento especial as pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais, além das superdotadas, em classes de 1º e 2º grau, enfatizando a relevância da profissionalização desses aprendizes para a participação efetiva na dinâmica social. Ambas ancoradas no princípio da inserção de tais pessoas nas práticas comuns a todos os cidadãos.

Nas décadas iniciais do século citado, entre as esporádicas tentativas de oferta educacional às crianças atípicas, notabiliza-se aquela ofertada pela Sociedade Pestalozzi, que em Belo Horizonte foi influenciada pelas ideias e trabalho de *Helena Antipoff*, durante os anos iniciais da década de 1930: “As crianças que vinham a se matricular no Instituto Pestalozzi contavam com o serviço periódico (mensal ou anual) de avaliação médica, pedagógica e psicológica. Além disso, havia a possibilidade de concluírem o ensino primário no Instituto” (LOURENÇO, 2017, p. 86). Nessa instituição havia a intenção de colaborar, inicialmente, com o que parecia ser uma inserção das pessoas com desenvolvimento atípico na vida social, substituindo a filantropia caridosa comum desde os séculos antecedentes, na tradição europeia: “[...] as Santas Casas de Misericórdia tiveram papel importante no atendimento aos pobres e doentes, passando a acolher a partir do ano 1717, as crianças abandonadas até os sete anos de idade” (SECUNDINO; SANTOS, 2023, p. 4).

Do mesmo modo, não havia preocupação com a universalização dos direitos de acesso e permanência dessas crianças na escola, mas os indícios revelam a presente influência das ideias escolanovistas nas propostas metodológicas das instituições republicanas: “Não constava nos estatutos a oferta de vagas para débeis profundos, mas na falta de um local adequado, essas crianças foram recebidas, assim como as crianças abrigadas. O modelo de educação foi baseado na Escola Ativa” (BORGES, 2015, p. 359). Algo semelhante ao que ocorre com a educação ofertada as pessoas com deficiência visual por meio do Instituto Benjamin Constant (GUADET, 1851). Se percebe, pelo que indicam os dados históricos, que o foco dos interesses da reivindicação educacional dos anos renovadores, parecia ser a melhoria de condições estruturais para a formação de pessoas de desenvolvimento típico, em suas variações culturais, sociais e econômicas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), de acordo com Saviani (2013, p. 183), mencionava três pontos: “[...] ajuda econômica às crianças pobres, fornecendo-lhes os meios (material didático, roupa, alimentação e transporte) para viabilizar a frequência às escolas; abertura de escolas profissionais em continuidade às escolas primárias”. Além disso, previa-se: “melhoria da situação do magistério primário; subvenção às bibliotecas populares” (Idem). Não se tratava da assistência as pessoas com deficiência.

Surgindo no Império, o Instituto Benjamin Constant foi modificando a sua forma de atuação durante os anos republicanos: “[...] foram instaladas oficinas para a aprendizagem de ofícios. Oficinas de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas” (SOUSA, 2020, p. 163). Parecendo acompanhar as

intencionalidades metodológicas do tempo. O histórico da instituição unido a ausência de atenção dos projetos estatais com o desenvolvimento das pessoas por ele atendidas levou a hipótese de que houve, por meio de tal projeto, uma complementação as manifestações comuns durante a primeira metade do século XX, sobretudo nos anos que precedem a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE). O cenário leva a variados questionamentos, provocando a indagação: *Como o Instituto Benjamin Constant é apresentado nas matérias jornalísticas do correio da manhã entre os anos de 1921 e 1923?* Partiu-se da hipótese de que a atuação dessa instituição complementou as propostas republicanas, ao possibilitar a democratização da formação destinada a pessoas invisibilizadas nos registros legislativos brasileiros.

Tratando-se de uma pesquisa documental de caráter qualitativo, desenvolvida especificamente em jornais, são utilizados os instrumentos técnicos indicados pela metodologia micro-analítica ginzburgana (GINZBURG, 1989; 2004; 2006; 2007; 2010), em sua valorização aos pequenos detalhes e as informações de pequeno impacto. Luca (2019) alerta que nesse tipo de fonte é necessário observar a materialidade e as vozes presentes no que não se mostra diretamente por meio das informações intencionadas. A imprensa foi, para o século XX, um espaço influenciado pelas necessidades do meio para o qual destinava-se, assim como foi influenciada por ele. Desse modo, as instituições e personagens nem sempre foram o que as matérias desvelam, mas pode-se afirmar que as informações presentes nesse meio comunicativo, muito dizem do que na sociedade fazia-se predominante.

A escolha teórica e metodológica, diretiva da investigação e já comum nas pesquisas em história da educação brasileira, permite olhar para detalhes ainda ocultos na história da instituição em estudo. Dela partiu a inspiração para a estrutura organizacional deste texto, por vezes, distribuído em três momentos complementares: 1) **“Uma História nascida no Império: notas sobre atos revolucionários”**, quando é apresentada a atuação do instituto entre os eventos educacionais da primeira metade do século XX, evidenciando os vínculos estabelecidos pelas personagens e ideias a ele associadas; 2) **“Entre as notícias do Correio da Manhã: recepções de uma sociedade republicana”**, no qual são dispostas as recepções que a sociedade parecia manter sobre a instituição, por meio das publicações jornalísticas presentes no Correio da Manhã; 3) **“Legados e incompletudes: o desejo por cidadania na educação de pessoas cegas”**, momento de reflexão sobre o legado deixado pelo projeto educacional defendido no instituto, entre os avanços e retrocessos comuns durante a década de 1920.

2. Uma História nascida no Império: notas sobre um ato revolucionário

Como todo o pioneirismo, o desta instituição constituiu-se como um ato revolucionário para a sociedade brasileira imperial, a partir de 12 de setembro de 1854 (SOUSA, 2020). Sobretudo por atentar para uma parcela da população pouco notada, desconstruindo o modo de a perceber: “No cego a faculdade de aprender está em relação com o desejo de saber; ao lado da necessidade a Providencia collocou os meios de salisfazel-a. Os cegos ouvem mais, e melhor do que nós, por isso que são menos distraídos pelos objectos exteriores” (GUADET, 1851, p. 7). As potencialidades que ultrapassam a deficiência, constituíram-se como elementos inspiradores das propostas espalhadas pelo planeta, que por sua vez, inspiraram o Brasil: partiu-se da ideia de que as pessoas cegas “[...] reflectem mais, meditam mais, por isso que vivem mais consigo mesmo; tem mais memória, porque são obrigados a confiar a esta faculdade maior numero de idéas, que nós, que temos o recurso do» signaes próprios para despertal-as” (Idem). Claudia Girão (2014, p. 3), em texto historiográfico sobre a instituição, publicado já após os anos 2000, reconhecia:

Quem hoje contempla o sereno conjunto do Instituto Benjamin Constant na avenida Pasteur talvez não imagine que, até meados do século 19, a deficiência visual era tratada, no Brasil, como deficiência mental; a sociedade segregava os deficientes visuais e não lhes era concedido acesso a qualquer educação formal ou ofício que lhes garantisse trabalho e subsistência. A iniciativa de se fundar, em 1854, o então Imperial Instituto dos Meninos Cegos para ministrar o ensino fundamental e profissionalizante a pessoas cegas, considerada por muitos uma utopia, constituiu-se em medida pioneira na América Latina. Estava dado o passo inicial de um processo cujos resultados ao longo dos anos confirmaram a mudança de rumo não somente no campo dos direitos humanos, mas na própria história da educação e do trabalho no Brasil.

Como todos os espaços que ultrapassaram séculos de existência, as transformações nele foram semelhantes as que ocorreram na sociedade, cabendo-lhe a autoria de algumas rupturas. Entre as variadas transformações pelas quais passou, destaca-se a mudança de nome, já na década final do século XIX: “Em 24 de janeiro de 1891 pelo decreto nº 1.320 o Instituto Nacional dos Cegos, passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ex-professor de matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães” (SOUSA, 2020, p. 163). O personagem homenageado foi o sexto nome a entrar em cena na história institucional, de acordo com o registro cronológico de Claudia Girão (2014, p. 5):

À maneira dos gregos antigos, apresentemos alguns de nossos personagens, por ordem de aparecimento: o jornalista **José Álvares de Azevedo**, o médico-diretor **José Francisco Xavier Sigaud**, o ministro **Luís Pedreira do Couto Ferraz**, o imperador **Pedro II**, o médico-diretor **Cláudio Luís da Costa**, o professor-diretor **Benjamin Constant Botelho de Magalhães**, o arquiteto **Francisco Joaquim Bethencourt da Silva**. Aparecem depois outros diretores e ministros, engenheiros, e, no fundo da cena, professores, alunos, artífices, operários e os tantos anônimos.

Mesmo com as movimentações para a criação e reconhecimento de escolas para pessoas com deficiência visual sendo iniciadas em 1835, por iniciativa do deputado Cornelio Ferreira França (RIBEIRO, 1942), foi na gestão de Benjamin que a instituição em estudo se consolidou como escola: “Sua condição de educador foi valiosa nestes tempos em que o Instituto ainda era associado mais ao assistencialismo social e saúde que à educação, inclusive por oferecer serviços oftalmológicos especializados” (GIRÃO, 2014, p. 9). Não por ventura, tornou-se patrono do projeto. A sua atuação foi complementada ao tempo que complementou a atuação de antecessores e sucessores. Sejam brasileiros, sejam externos ao país, como é o caso do francês criador da escrita em Braille:

Em 1829 Luiz Braille redigiu um pequeno tratado sobre o modo de escrever as palavras, a musica, e o canto-chão por meio de pontos. Graças a esta escripta nova, verdadeiro beneficio para os cegos, nossos alumnos podem escrever e ler rapidamente o que escrevem; fazem o que podem fazer os que tem vista, tomam notas nas classes, possuem um grande numero de livros, escrevem suas inspirações musicaes ou copiam as composições dos grandes mestres da arte. Este systema é ensinado nas nossas classes, e é com taes caracteres que imprimimos livros clássicos e compêndios de musica (GUADET, 1851, p. 107-108).

O Braille já era reconhecido como a escrita oficial das pessoas cegas, no Brasil, durante a década de 1920, como evidencia uma das matérias publicadas no Correio da Manhã, durante esse período: “Num canto, o symbolo da instrução dos cegos, representado pela scena pontilhada do alfabeto de Braille” (NOTAS..., 14 jul. 1925, p. 5). Ao somar cem anos de existência, o instituto em estudos anunciava comemorações com atrações produzidas por estudantes: “[...] primeiro centenário de Braille, o Instituto Benjamin Constant e a Associação Protectora dos Cegos realizam depois de amanhã, às 8 h²¹, naquelle Instituto, um festival, cujo programa é contituido exclusivamente de composições de cégos” (FESTA..., 22 out. 1925, p. 5). Os instrumentos pedagógicos favoráveis, unidos a sensibilização do olhar para a deficiência, levaram ao surgimento de muitas histórias icônicas com potencial inspirador à época. Algumas das personagens

¹ Foi mantida a grafia original da fonte.

vinculadas e derivadas do projeto, tornaram-se pessoas públicas, ao tempo que outras mantiveram-se comuns, a saber está o exemplo de Horacio de Castro Lima: “Em seguida terá logar uma demonstração pratica do alphabeto Braille, no quadro negro, pelo cego Horacio de Castro Lima, diplomado pela Escola Commercial da Bahia e ex-guarda livros” (A SOLENIDADE..., 1 maio. 1926, p. 6).

As conquistas estudantis do jornalista José Álvares de Azevedo, na França, durante a década de 1940, como ex-aluno do Instituto Benjamin Constant, também desvelam os resultados já produzidos pelo espaço formativo, que se ancorava, até os anos iniciais da república, no currículo clássico, valorizando o desenvolvimento de habilidades literárias e artísticas, por vezes transformados pelas ideias escolanovistas que passaram a propagarem-se no país, sobretudo a partir da década de 1920, e consolidadas por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: “O ‘Manifesto’ apresenta-se, pois, como como um instrumento político, como é próprio, aliás, desse ‘gênero literário’” (SAVIANI, 2013, p. 254). Ele que foi reconhecido por expressar “[...] a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 1920 e que vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país” (Idem).

O ideário de fundação de bibliotecas públicas como instrumentos formativos, que aparecia entre as mulheres assinantes do manifesto (SILVA, 2021), também apareceu entre os que tratavam especificamente da educação de pessoas com deficiência visual:

O sr. Agostinho Dias Nunes de Almeida, agradecendo a visita do ‘Correio da Manhã’ á União, mostrou-nos a Biblioteca, chamando-nos a atenção para as obras de Feliciano de Castilho, de Camollo Castello Branco e da polyglotta cega surda e muda Helena Keller, mostrando-nos os seus livros (A SOLENIDADE..., 1 maio. 1926, p. 6).

Embora não existam indícios de que os personagens vinculados a esse projeto tenham assinado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova ou mesmo participado da fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), as suas ideias pareciam conectadas em variados pontos. Um outro característico é a adaptação da proposta formativa as necessidades do tempo: “Ali, a preocupação com a sistematização do ensino voltado para a capacitação para o mercado de trabalho considera vocações individuais e o aprendizado de artes e ofícios caminha junto com a preparação para as chamadas profissões liberais” (GIRÃO, 2014, p. 11). Essência da teoria pedagógica e social norteadora da denominada Educação Nova.

Em matéria jornalística publicada do *Correio da Manhã* de 1926, evidenciava-se o foco da formação da época: “[...] todas as dependências do novo edificio, em que

sobrelevou as oficinas de composição, impressão, encadernação, bem como as de empalhação, fabrico de escovas e vassouras e innumerous outros objectos” (UMA VISITA..., 7 de agosto 1926, p. 5). Percebe-se a valorização às atividades manuais, em atendimento às necessidades industriais. Os estudantes eram tratados como aprendizes de ofícios: “[...] os alumnos se mostram artífices completos” (Idem). Proposta distinta da que inspirava os intelectuais vinculados a instituição durante o Império:

Finalmente os alumnos desta primeira cathegoria recebem lições decathecismo e de moral religiosa.— (2.º gráo). Curso de geometria, dephysica, e de cosmographia, relhorica, litteratura, historia geral, geographia política, e noções geraes de direito publico administrativo, e privado (l). Em todos os dias de classes lêem-se algumas obras litterarias; no fim de quatro annos os alumnos, á força de ouvirem essas leituras, conhecem tudo o que escreveram os melhores criticos sobre a antigüidade, a idade média, e sobre os tempos modernos, podendo comparar os antigos com os modernos, os francezes com os estrangeiros, etc. Ás quintas feiras e domingos leitura das melhores obras litterarias gregas, romanas, francezas, etc, tanto em prosa como em verso. — Conferências religiosas (GUADET, 1851, p. 126-127).

Também costuma chamar a atenção, ao se comparar fontes da República e Império, a transformação do olhar para as relações de gênero entre os que tratavam da educação nessa modalidade. Na aprendizagem de ofícios eram considerados os interesses comumente estabelecidos como pertencentes aos gêneros: “Na secção feminina vimos aulas de trabalhos manuaes (bordados, malha de meia, etc.), assim como ouvimos trechos clássicos de musica ao piano, orgão, violino harmonium e outros instrumentos” (UMA VISITA..., 7 agost. 1926, p. 5). Ao mesmo tempo, até parte do Império, por se desconsiderar a cidadania da pessoa com deficiência, em variados países do planeta, os gêneros não eram separados por turmas em classes compostas por pessoas com deficiência visual, em propostas formativas de instituições de tal natureza.

Como alguns alumnos de Haüy já davam lições a meninos com vista, seu instituidor abriu em 1789, a bem delles, uma classe contribuinte para os de um e outro sexo. Nesta classe os professores cegos ensinavam a leitura, o calculo, gramraalica, geographia e historia. As meninas cegas ensinavam ás que tinham vista. Para as lições de escripta e desenho havia nas classes de curiões com vista. Havia então três classes no estabelecimento: a dos cegos, a dos meninos e a das meninas com vista; dous soldados suissos eram encarregados da policia das classes dos rapazes: uma mulher de fora do estabelecimento era encarregada da classe das meninas. As duas classes com vista tinham pouco mais ou menos cem meninos, a dos meninos era muito maior que a das meninas. A classe para os que não eram cégos durou apenas de 1789 a 1791 (GUADET, 1851, p. 34).

A adesão a separação de turmas de pessoas com deficiência, por gênero, ainda durante o império, mostrou-se como ação revolucionária para essa modalidade formativa,

visto que assim estavam organizadas as turmas de pessoas com desenvolvimento típico: “Aulas, refeições, recreios, recolhimentos e demais afazeres eram desenvolvidos por alunos e alunas em horários ou espaços diferentes do Instituto” (GIRÃO, 2014, p. 12). Possivelmente por influência do escolanovismo, em ascensão desde as décadas iniciais do século XX, a coeducação foi sendo estabelecida como comum no país e a escola para cegos foi aderindo a tal característico. As contribuições dadas pelos variados intelectuais, adeptos as múltiplas concepções de formação e de sociedade, foram interagindo com o passar dos anos, e os jornais foram captando o teor dos debates públicos e permitindo um mergulho na recepção republicana às transformações do Instituto Benjamin Constant.

3. Entre as notícias do Correio da Manhã: recepções de uma sociedade republicana

Em matéria publicada em 7 de agosto de 1926, o *Correio da Manhã* não economizava em elogios à estrutura física da instituição: “O dormitório o refeitório, a cozinha, a farmácia, a enfermaria, a biblioteca a rouparia, tudo no Instituto Benjamin Constant revela carinho a minúcia, o cuidado da administração, fazendo do estabelecimento uma casa modelo no gênero” (UMA VISITA..., 7 ago. 1926, p. 5). Como visto até o momento, essas condições variaram durante o tempo, e foram influenciadas pelos resultados apresentados pelo ambiente educativo. Uma resposta a entrevista ao Dr. João Alfredo, diretor do instituto a partir de 1938, divulgada na revista do Serviço Público por Adalberto Ribeiro (1942, p. 63), quando a instituição somava 85 anos, revela algumas das contradições: “Pelo pequeno número de cegos que encontraram trabalho cá fora, creio que os resultados de aproveitamento não foram apreciáveis, por deficiência do ensino e por não se propor o Instituto a ingressar o cego na sociedade como seria de desejar”.

Nesse momento da década de 1930, o país já passava por uma ditadura de estado decorrente da Era Vargas, algo que pode justificar a regressão, mas tal percepção da deficiência como incapacitante ainda era notada em contextos antecedentes, nos quais, teoricamente, predominava a democracia: “O cego é o maior infeliz que o sol cobre. Basta olhar para as suas pupilas sem cor, para se compreender quão eloquente é aquele mutismo, quanto emociona aquele alheamento (UMA VISITA..., 7 ago. 1926, p. 5). E sobre os que a elas dedicavam trabalho: “[...] dgnos de todos elogios, de todos os aplausos, o esforço e a tenacidade dos que procuram de qualquer modo suavizar desta ou daquela maneira o soffrimento sem fim dos que vivem na eterna treva, sem jamais ter a esperança de ver a luz exterior” (Idem). Mas as informações sobre os resultados alcançados,

sobressaiam-se. As conquistas dos estudantes já superavam as que se conseguia ter em instituições voltadas a formação de pessoas típicas:

Pudemos, então, apreciar o grande aproveitamento do alumno cego. O sr. Horacio mostrou-nos, tateando, o seu nome no cartão de matrícula da Escola, que, para o seu governo, havia escripto em Braille. Não obstante o pequeno numero de aulas já está perfeitamente identificado com a parte theorica e, o que é mais difficil, com as varias peças da Remington. Vimol-o collocar o papel na machina e regulal-o; dar os diversos espaços, apontar, com presteza, o semi-circulo dos typos, a alavanca, o cylindro, a escola, etc. Uma vez posta em ordem a machina, com a sua collocação no 100 espaço, o professor, tendo deante dos presentes o methodo da Escola, deu a segunda aula de escripta, com a mão esquerda sómente. O alumno repetiu muitas vezes o exercicio: *asdfg* – espaço. **O professo chamou-nos a atenção para a nitidez da letra, o que não se nota com outros alunos... videntes.** O sr. Horacio, apesar de ser formado em sciencias commerciaes, antes de perder a vista, na Escola Commercial da Bahia, confessou-nos que desconhecia por completo a machina de escrever, e que, há dez mezes apenas na União, já lê e escreve em Braille. E' cego desde 1913 e conta 39 annos de idade (A DACTYLOGRAPHIA..., 16 out. 1926, grifos meus).

Como ressaltado por Ayres da Motta Machado (18 dez. 1927), um dos membros do grêmio estudantil da instituição: “A cegueira não nos ataca senão á vista, cuja funcção é suprida pelos sentidos que nos restam, tornados mais finos pelo uso continuo que a contingencia nos obriga a fazer deles”. Em texto, o estudante tentava desconstruir a ideia, ainda mantida, de que a deficiência seria incapacitante: “Podemos tambem effectuar varios trabalhos manuaes, como: Afinação de pianos, empalhação de moveis, encardenação e partonagem, escovas, vessouras, colchões e artigos similares, massagens, e alguns artefactos de indústria electrica e outros” (Idem). A voz representava uma coletividade ainda silenciada nos espaços públicos. Mas ouvida em uma instituição que parecia valorizar a participação ativa de todos os agentes em formação: “Falava então o alumno José Espinola Veiga, que com fluência de linguagem e perfeito conhecimento do assumpto, descorria eruditamente sobre a conveniencia da fundação do Gremio do Instituto Benjamin Constant” (UMA VISITA..., 7 ago. 1926, p. 5). A educação para pessoas com deficiência visual mantinha-se ancorada nos princípios da gestão participativa, já na década de 1920, algo defendido como necessário pelos pioneiros da Educação Nova, associados a ABE (SAVIANI, 2013).

A direção dos estabelecimentos destinados a pessoas com deficiência visual, parecia ser ocupada por pessoas participantes da história de tal categoria, como ocorreu com a *Escola Profissional* e com o *Asylo para Cegos Adultos*, ambos fundados em 1907, e dirigidos, até 31 de julho de 1926, pelo professor Mauro Montagna (cego) (MONTAGNA, 30 jan. 1927, p. 16). A suposta democratização dos espaços se deu com

a ocupação desses cargos por pessoas afetadas pelas mesmas necessidades. Mas a proposta curricular para a educação sistematizada, parece ter seguido a dinâmica comum ao século: “A burguesia industrial brasileira dos anos de 1920 incorpora de forma consistente a orientação fordista e a aplica ao objetivo de submeter o trabalhador aos ditames da fábrica, controlando, inclusive, sua vida íntima” (SAVIANI, 2013). Essa dinâmica social também era refletida nos resultados educacionais das pessoas com deficiência: “Quero chamar a atenção para um trabalho manual que a nossa sociedade elegante devia proteger. Refiro-me aos trabalhos de agulha que as cegas executam com toda a perfeição, ainda os mais complicados e finos, com maestria capaz de satisfazer aos mais exigentes” (MACHADO, 18 dez. 1927). As conquistas, sendo elas técnicas ou intelectuais, eram sempre mencionadas pelos que nelas se inspiravam: “Intellectualmente estamos nivelados aos videntes podendo, pelo systema braille, aprender tudo que elles aprendem” (Idem).

As matérias jornalísticas, pelo acompanhamento ao cotidiano entre os séculos, parecem ter captado as movimentações da instituição, por meio dos que a ela vincularam-se. E embora tal periódico tenha se definido como um ambiente alheio a conflitos, ele parece ter favorecido o debate, por meio da pluralidade de ideias: “[...] o Correio da Manhã abria uma seção para dar voz aos moradores dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. O jornal apresentava-se, assim, como a reunião de espaços e vozes plurais, na tentativa de congregiar leitores oriundos de diferentes classes sociais” (GARZONI, 2011, p. 172). Denunciando, inclusive, os problemas estruturais do trabalho docente, nas mesmas instituições que referenciava, como fez ao discorrer sobre o Instituto Benjamin Constant: “Entretanto, diga-se de passagem, os seus funcionarios têm ainda os mesmos vencimentos das tabellas de 1911, o que torna os desvellos que têm pelos alumnos mais altruísticos e beneméritos” (UMA VISITA..., 7 ago. 1926, p. 5).

Pelo teor das notícias divulgadas, o jornal chegou a inspirar Lima Barreto, um dos seus colunistas: “Não surpreende, portanto, o fato de o Correio se tornar famoso, entre os contemporâneos, por suas extensas e detalhadas notícias de crime, cujo teor foi satirizado no romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto” (GARZONI, 2011, p. 172). Ao mesmo tempo, aparenta ter se colocado como formador da sociedade leitora, ao desvelar às necessidades e potencialidades dos agentes que a compuseram, entre os quais podem ser localizadas as pessoas com deficiência.

Entre as matérias publicadas durante o período correspondente entre 1921 e 1923, variado é o número de temas nos quais a instituição é mencionada. Contabilizam,

ao todo, **30 textos** contendo o nome do instituto, e desses: 14 o aludem, em meio a outras notícias; 9 dirigem-se diretamente a ele, destacando os seus profissionais ou ocorrências presentes em sua rotina; 7 tratam de ou são escritos por pessoas com deficiência e o mencionam indiretamente. Portanto, somam 10 escritos com alusão direta, e 20 com alusão indireta (Quadro 1).

Quadro 1 - Publicações no Correio da Manhã (1920-1923).

Título	Data	Tipo
1. O “São Paulo” chegara’ amanhã	07-01-1921	Indiretamente
2. Encerrou-se o sexto Congresso de Esperanto: a sessão de encerramento	25-04-1921	Indiretamente
3. Liga de A. M. dos Cegos no Brasil	11-05-1921	Indiretamente
4. Uma manifestação dos cegos do Benjamin Constant ao sr. Alfredo Pinto	25-05-1921	Diretamente
5. No Instituto Benjamin Constant: a homenagem de hontem ao ministro do Interior	27-05-1921	Diretamente
6. Um congresso esperantista internacional de cegos	09-07-1921	Indiretamente
7. Professora licenciada por um anno	10-08-1921	Diretamente
8. O 67º anniversario do Instituto Benjamin Constant	18-09-1921	Diretamente
9. A sessão solenne do Instituto Benjamin Constant	20-09-1921	Diretamente
10. Pela educação dos Cegos	10-10-1921	Indiretamente
11. O collectivo: os decretos que foram assinados no despacho de hontem	20-10-1921	Indiretamente
12. Uma conferencia sobre poetas cegos	27-11-1921	Indiretamente
13. Decretos de hontem	02-12-1921	Indiretamente
14. O caso do Instituto Benjamin Constant: a impronuncia dos accusados	11-01-1922	Diretamente
15. Casamentos	06-06-1922	Indiretamente
16. Associação protectora dos cegos dezesete de setembro	17-09-1922	Indiretamente
17. Os pagamentos no Thesouro Nacional	02-02-1923	Indiretamente
18. A morte de uma educadora cega e grande amiga dos seus companheiros de infortunio	18-03-1923	Indiretamente
19. Um trabalho do centenário: auxilio á obra do professor cernicchiaro	21-08-1923	Indiretamente
20. Correio operario	22-08-1923	Indiretamente
21. No mundo official	16-09-1923	Indiretamente
22. O anniversario do Instituto Benjamin Constant	16-09-1923	Diretamente
23. Concerto de violão	19-10-1923	Indiretamente
24. Uma festa de arte no I. Benjamin Constant	23-10-1923	Diretamente
25. Uma festa de arte no Instituto Benjamin Constant	26-10-1923	Diretamente
26. Para o ministro ler: procurando o Instituto do Radio... foi parar no Hospicio!...	15-11-1923	Indiretamente
27. O pavilhão nacional: ainda as commemorações de 19 de novembro	20-11-1923	Indiretamente
28. No mundo official	04-12-1923	Indiretamente
29. O que houve no Senado: a discussão da guerra e as emendas que lhe foram apresentadas	06-12-1923	Diretamente
30. A sessão da Camara: querem adiar as eleições federaes no Rio Grande do Sul	12-12-1923	Indiretamente

Fonte: autoria própria.

Mesmo as referências indiretas, favorecem a percepção de alguns dos eventos ocorridos no ambiente durante o tempo recortado: “[...] o Instituto Benjamin Constant antigo dos Cegos) será representado pelo mesmo director, tres professores, tres repetidores, tres aspirantes ao magistério, tres empregados administrativos e seis alunos” (O “SÃO...”, 7 jan. 1921, p. 2). O diretor seria o sr. *José Candido de Albuquerque Mello Mattos*, que assumiu tal direção até 1923, deixando como legado a autoria de alguns projetos importantes para a cidadania das pessoas com deficiência, como é o caso do assistencialismo às pessoas após finalização dos seus cursos formativos (GUADET, 1851). O mesmo cargo foi ocupado anteriormente pelo coronel *Jesuino da Silva Mello*, também mencionado em matérias, no ano de 1924: “Na sua petição, expõe o coronel Jesuino que exercêra, com vantagem para o Estado, as funções de director do Instituto Benjamin Constant, durante dezoito annos” (VIDA..., 10 abr. 1924, p. 3). Ambos reconhecidos pelo trabalho desenvolvido na história da instituição. O primeiro a marcar positivamente e o segundo negativamente². Em mesma matéria, já citada, estudantes e docentes eram julgados por denúncias aos atos ilícitos do coronel: “[...] até que as intrigas de limitadíssimo grupo de alumnos e professores levaram o ministro do Interior a determinar um inquérito” (Idem). O jornalismo fazia recordar.

As personagens que exerciam a docência eram mencionadas com os seus trabalhos autorais: “[...] o professor Francisco Almeida, representante do Instituto Benjamin Constant, falou sobre o thema ‘O esperanto e os cegos’; o professor Almeida leu o seu trabalho, que estava escripto pelo systema Braille, adaptado ao esperanto” (ENCERROU-SE..., 25 abr. 1921, p. 4). Ou mesmo por ações públicas: “[...] realizou-se hontem, no Instituto Benjamin Constant, a manifestação de apreço promovida pelo professorado daquelle estabelecimento, ao sr. Alfredo Pinto, ministro do Interior, em reconhecimento aos valiosos serviços que s. ex. vem prestando ao instituto” (NO INSTITUTO..., 27 maio. 1921, p. 3). Pareciam identificadas pela característica física: “As homenagens, organizadas por uma comissão de professores cegos, revestiram-se de brilho e tiveram um cunho carinhoso” (Idem).

A percepção de uma profissão docente validada pela negação dos próprios direitos, também parecia comum na educação de pessoas com deficiência: “[...] o abstinado amor dos professores cegos á causa dos seus co-irmãos de infortúnio” (PELA...,

² O coronel *Jesuino da Silva Mello*, tornou-se conhecido na história do instituto por ter mentido atitudes ilícitas que o levaram a ser substituído por *José Candido de Albuquerque Mello Mattos*, durante a década de 1920.

10 out. 1921). Na *Liga de Auxílios Mútuos dos Cegos no Brasil*, os programas assistencialistas a tal parcela da população eram ancorados na predisposição voluntária: “[...] cumpre destacar a aceitação do oferecimento que diversos professores fizeram à Liga dos seus serviços profissionais, que prestarão gratuitamente aos cegos pobres que os procurarem em suas residências, em dia e hora adrede combinados” (Idem). Percebe-se, assim, que mesmo exercendo uma profissão formal, as pessoas com a deficiência destacada, eram colocadas em condições de trabalho desfavoráveis. Nesse caso, sacrificando as próprias necessidades, para minimizar um equívoco social.

Foi sendo possível notar, por meio da leitura as 30 produções jornalísticas, que, embora sejam encontradas críticas à ausência de assistencialismo às pessoas com deficiência, em publicações feitas durante décadas posteriores (MONTAGNA, 30 jan. 1927, p. 16), são recorrentes os textos contendo informações que evidenciam o oposto, mesmo mantendo criticáveis as condições trabalhistas as quais os profissionais que se disponibilizaram a tal assistencialismo, foram submetidos:

Relatório dos serviços de assistência prestados pela Liga durante o mês de abril e seu balancete do mês de março. Esses serviços que foram prestados a 56 sócios são assim discriminados: Assistência médica – 35, assistência judiciária – 1 e assistência escolar a domicílio – 10. São atendidos nesses serviços todos os cegos de ambos os sexos e de quaisquer nacionalidades; sendo que os menores patricios a domicílio no Instituto Benjamin Constant e aos adultos facilitará os meios de se activarem pelo trabalho (LIGA..., 11 maio.1921).

Em 09 de julho de 1921, foi sugerido um intercâmbio com a Tcheco-Slováquia, para tratar-se conjuntamente sobre o tema, por meio do *Congresso Esperantista Internacional de Cegos*³: “Nesse congresso representantes cegos de diversos países apresentarão circunstanciados relatórios sobre o estado em que se acha o problema da assistência aos cegos em seus respectivos países” (UM CONGRESSO..., 09 jul. 1921, p. 1). A partir de eventos dessa natureza, algumas pautas pareceram ter sido contempladas. O Instituto Benjamin Constant, em nível local, ao tempo que também parecia manter o diálogo com o público, por meio de conferências: “realiza-se hoje às 4 ½ da tarde no Instituto Benjamin Constant, a conferência do Conde Affonso Celso, sobre ‘Poetas cegos’” (UMA CONFERENCIA..., 27 nov. 1921, p. 7). Ou mesmo a partir de eventos artísticos, amplamente divulgados durante os anos recortados. Entre as matérias, portanto, predominaram as convocações e explorações aos congressos e eventos capazes,

³ Respeitou-se a grafia original da época.

respectivamente, de reivindicar os direitos das pessoas com deficiência, além de explorar as suas habilidades em exposições públicas. Ações favoráveis ao exercício da cidadania.

4. Legados e incompletudes: o desejo por cidadania na educação de pessoas cegas

Os resultados do trabalho amadurecido durante os primeiros anos da década de 1920, foram sendo percebidos, aos poucos, durante os anos finais e décadas posteriores: “A União dos Cegos no Brasil foi fundada em 25 de dezembro de 1924, na rua dr. Niemeyer n. 60. A estação do Engenho de Dentro, e lutando sempre procura realizar o grande ideal – a proteção aos cegos” (A SOLENIDADE..., 1 maio. 1926, p. 6). Essa associação parece ter complementado as contribuições já dadas pela *Liga de Auxílios Mutuos dos Cegos no Brasil*, e resultado das variadas interações feitas pelos representantes de tal liga, em congressos e debates nacionais e internacionais. O legado deixado pelos profissionais, ao projeto vinculados, parece bem ilustrado por meio da matéria informativa do falecimento da professora *Laudelina Joaquina da Silva Freire*:

Falleceu hontem, á tarde, em sua residência, á rua Dr. Niemeyer n. 69, Engenho de Dentro, d, Laudelina Joaquina da Silva Freire, **professora cega** do curso de musica do Instituto Benjamin Constant e esposa do professor também cego, sr. Mamede Francisco Freire. **A extincta era muito estimada naquelle subúrbio e entre os seus collegas, pelas suas qualidades intellectuaes e moares.** Fundou com seu marido, o Externato Spencer de que foi tambem professora e foi quem mais contribuiu para a fundação da Liga de Auxílios Mutuos dos Cegos no Brasil, da qual foi incansável servidora (A MORTE..., 18 mar.1923, p. 4, grifos meus).

No ano de 1920, o depois chamado de Instituto Benjamin Constant, já contava com um considerável patrimônio: “O Instituto de Surdos-Mudos tem um patrimônio de 3.773; 890\$858, representado por títulos ou dinheiro, por dois predios que produzem renda e pelo seu edificio principal, avaliado em dois mil contos de réis” (O INSTITUTO..., 4 out. 1920). Patrimônio nem sempre bem investido. Como mencionado em momento anterior, foi possível notar, por meio da análise cronológica aos registros jornalísticos preservados, que no período correspondente entre 1921 e 1923, sob a gestão de José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, o instituto obteve variadas conquistas, entre as quais está a exposição de uma nova percepção de instrução. Como o citado intelectual grifou em discurso proferido em um evento promovido pelo instituto, durante o ano de 1921, o conhecimento seria capaz de ampliar as possibilidades das pessoas com tal deficiência, lhes permitindo conquistar os mesmos espaços que as pessoas videntes: “[...] a educação profissional e litteraria dos cegos, supre, pela luz espiritual a falta da luz

physica; comparou a diferença entre os cegos intellectuaes, e os cegos de facto que pela instrucção se tornam videntes espirituaes” (A SESSÃO..., 20 set. 1921). O conhecimento sistematizado, mediado pela fruição literária, seria capaz de ampliar a percepção da realidade, a ponto de formar os cidadãos capazes de reivindicar direitos. Algo ilustrado por Alexandre Marshall (16 jan. 1927), a partir dos personagens do conto *O cego que vê*, publicado no mesmo jornal, e exemplificado em nota de falecimento anteriormente mencionada (A MORTE..., 18 mar.1923).

O desejo redigido em Manifesto no jornal dos anos de 1920, foi concretizando-se com o passar do tempo: “Diz o manifesto que o grande número de cégos no Brasil ainda póde figurar no quadro dos valores economicos, devendo por isso repellir a vida de mendicancia” (UM MANIFESTO..., 15 out. 1920). E as conquistas mostram-se em pequenos detalhes da rotina: “Attendendo á solicitação do incansável presidente da União dos Cegos no Brasil, sr. Agostinho Dias Nunes de Almeida, a directoria da Escola Remington, acaba de admittir no seu curso de dactylographia o alumno cego sr. Hora do Mario de Castro Lima” (A DACTYLOGRAPHIA..., 16 out. 1926).

5. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido pelos profissionais e intelectuais que pensaram a formação de pessoas com deficiência visual, reitera e complementa as ações dos membros que participaram, posteriormente da fundação da ABE, nos anos de 1924, e que defenderam o estabelecimento de uma educação democrática e atenta as necessidades dos diferentes grupos sociais. Não é possível afirmar que eles foram adeptos a concepções específicas de Educação, dadas as transformações vivenciadas pelo ambiente desde a sua fundação até a década de 1920. Mas é possível constatar que as ações verificadas nele, foram influenciadas por variadas correntes políticas e teóricas, entre as quais está a defendida entre os *Pioneiros da Educação Nova*.

Entre os pontos coincidentes nas ideias dos que escreveram sobre o instituto e dos que estiveram vinculados a ABE, podem ser observados os seguintes: 1) a defesa a uma formação mais atrelada as necessidades do mercado de trabalho; 2) a necessidade de metodologias em condições de colocar o estudante no centro do processo formativo; 3) o desejo de tornar a escola como um espaço capaz de atender as diferentes parcelas da população. Via-se, portanto, o desejo, em ambos, de tornar os direitos e deveres mais acessíveis a todos, independente da classe ou necessidade. Ilustrando às ações revolucionarias do ambiente educativo voltado as pessoas com deficiência visual, está a

contratação de profissionais com a mesma deficiência do público atendido. Essa atitude mostra-se por meio das matérias jornalísticas localizadas durante período recortado, e vai desvelando os passos iniciais de uma sociedade mais inclusiva.

Desse modo, o caminho percorrido durante a pesquisa e escrita deste texto, foi capaz de confirmar a inicial hipótese de que a instituição complementou as propostas republicanas presentes nas décadas iniciais do século XX, sendo colaborativo na reformulação de orientações legislativas brasileiras, sobretudo por ter formado os cidadãos que participaram ativamente dos debates nacionais e internacionais da época. Iniciando com destaque às características comuns ao instituto e ao tempo, e finalizando com o legado deixado pelas pessoas a ele vinculadas ou mesmo por ele formadas, a produção soma às pesquisas existentes sobre instituições educacionais, ao tempo que abre caminhos para novas investigações capazes de evidenciar pontos ainda desconhecidos da história das instituições educativas brasileiras e da trajetória de personagens anônimos ou públicos que mantiveram a deficiência visual como marcador.

Referências

A DACTYLOGRAPHIA e os cegos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/27835>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

A MORTE de uma educadora cega e grande amiga dos seus companheiros de infortúnio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 de março de 1923. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/14033>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

A SESSÃO solenne do Instituto Benjamin Constant. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 setembro de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/7749>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

A SOLENIDADE de hoje, promovida pela União dos Cegos no Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/25380>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

AZEVEDO, F. et. al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Brasil, 1932. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p.188–204, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf>. Acesso em: 1 de abr. 2021.

BORGES, A. A. P. As classes especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à história da educação especial no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21,

n. 3, p. 345-362, 2015. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/qGsgVmpvYWNl8v4ScPWY4MH/abstract/?lang=pt>>.
Acesso em: 15 de setembro de 2024.

ENCERROU-SE o sexto Congresso de Esperanto: a sessão de encerramento. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1921. Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/6009>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

FESTA no Instituto Benjamin Constant. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1925. Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/22809>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

GARZONI, L. de C. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). **Topoi**, Rio De Janeiro, v. 12, n. 22, pp. 158–177, 2011. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/topoi/a/wHxTwdgJ5Xy4xNFGDh8c8Tk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GINZBURG, C. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. Tradução de Titan Jr. Samuel. Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, C. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIRÃO, C. **Instituto Benjamin Constant na Urca**: projeto e construção no Rio Oitocentista e no Rio Moderno. Rio de Janeiro: conjunto histórico do IBC, 2014. Disponível em:
<http://antigo.ibc.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/MEMORIA/acervo_bibliografico/artigos_completos/IBC_na_Urca-projeto_e_construcao-ClaudiaGirao-2014.pdf>. Acesso me: 10 de outubro de 2024.

GUADET, J. **O Instituto dos meninos cegos de Paris**: sua História, e seu methodo de ensino. Tradução de José Alvares de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851.

KASSAR, M. C. M. Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpqjdyFHDP/abstract/?lang=pt#>>.
Acesso em: 09 de setembro de 2024.

LIGA de A. M. dos Cegos no Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/6188>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

LOURENÇO, É. et. al. Atendimento à criança excepcional no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais (1940-1949). **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 2, pp. 77-89, 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000200006#:~:text=O%20Instituto%20Pestalozzi%20foi%20fundado,durante%20a%20d%C3%A9cada%20de%201940>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

LUCA, T. R. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MACHADO, A. M. O PROBLEMA dos cegos no Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/33183>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

MARSHALL, Alexandre. O cego que vê. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/29152>. Acesso em: 24 de novembro de 2024.

MONTAGNA, M. O problema dos cegos no Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/29352>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

NO INSTITUTO Benjamin Constant: a homenagem de ontem ao ministro do Interior. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/6371>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

NOTAS suburbanas. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/21510>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

O INSTITUTO de Surdos-Mudos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/3501>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

O “SÃO Paulo” chegara’ amanhã. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/4707>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

PELA educação dos cegos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/7984>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

RIBEIRO, A. O Instituto Benjamin Constant e os nossos cegos. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1942. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8906>>. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SECUNDINO, F. K. M.; SANTOS, J. O. L. dos. Educação especial no Brasil: uma abordagem histórico-bibliográfica. **SciELO Preprints**, São Paulo, p. 1-32, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5582>>. Acesso em: 05 de set. 2024.

SILVA, H. P. **Uma década de PROSA: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá**. 1. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021.

SOUSA, L. M. de. Educação Especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 159-173, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

UMA CONFERENCIA sobre poetas cegos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_03/8531>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

UMA VISITA ao Instituto Benjamin Constant. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 de agosto 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/26795>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

UM CONGRESSO Esperantista Internacional de cegos: e' possivel que o Brasil se faça representar. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/6877>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

UM MANIFESTO dos cegos trabalhadores aos seus irmãos de infortúnio. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/3644>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

VIDA forense: foro federal. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_03/19048>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.